FÓRUM - MOVIMENTOS SOCIAIS, PROTESTOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Submetido 30-09-2024. Aprovado 13-03-2025
Avaliado pelo sistema de revisão duplo-anônimo. Editores convidados: Lizandra Serafim, Leonardo Barros Soares e Matheus Mazzilli Pereira
Os/As avaliadores/as não autorizaram a divulgação de sua identidade e relatório de avaliação por pares.
Versão original | DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v30.92178

TRABALHADORES, DIREITA, VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA E DA COVID-19: QUEM PROTESTOU DURANTE A PANDEMIA NO BRASIL?

Workers, right wing supporters, victims of violence, and COVID-19: Who protested during the pandemic in Brazil?
Trabajadores, derechas, víctimas de la violencia y de la COVID-19: ¿Quién protestó durante la pandemia en Brasil?

Priscila Delgado de Carvalho*[1] | prisciladcarvalho@ufrrj.br | ORCID: 0000-0002-0189-8217
Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior[1] | marcosfreire@ufrrj.br | ORCID: 0000-0002-5553-662

*Autor correspondente
[1]Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A pandemia de Covid-19 desafia-nos a compreender a atuação da sociedade civil e o papel dos protestos em "contextos turbulentos", marcados por incertezas, disputas de interpretação sobre o que está em jogo, e potenciais mudanças nas formas de protestar. No Brasil, no momento da eclosão da emergência sanitária, a sociedade civil já passava por transformações, ao que se somou um governo negacionista. O texto olha para esse cenário tendo como ponto de partida eventos de protestos entre 2020-2021, com dados que cobrem as cinco regiões do país, observando especialmente grupos sociais e suas demandas. Entre os achados está a força dos protestos de trabalhadores, e o esperado crescimento das direitas, mas também a relevância da atuação local de vítimas e familiares, e a luta contra injustiças e racismo no período.

Palavras-chave: protestos, pandemia, movimentos sociais, direitas, racismo

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic challenges us to understand the actions of civil society and the role of protests in "turbulent contexts," marked by uncertainty, disputes over interpretations of what is at stake, and potential changes in the ways of protesting. In Brazil, when the health crisis emerged, civil society had already been undergoing transformations, and the political scenario was compounded by a denialist government. This text looks at this scenario from the standpoint of protest events from 2020-2021, with data covering Brazil's five regions, particularly social groups and their demands. Among the research findings are the strength of the workers' protests, the expected growth of the right, the relevance of the local action of victims and their relatives, and the struggle against injustices and racism in the period.

Keywords:: *protests, pandemic, social movements, right wing, racism.*

RESUMEN

La pandemia de COVID-19 nos desafía a comprender las acciones de la sociedad civil y el papel de las protestas en «contextos turbulentos», marcados por la incertidumbre, las disputas sobre las interpretaciones de lo que está en juego y los posibles cambios en las formas de protestar. En Brasil, cuando estalló la crisis sanitaria, la sociedad civil ya estaba experimentando transformaciones, que se vieron agravadas por un gobierno negacionista. El texto examina el período transcurrido desde los acontecimientos de protesta entre 2020-2021, con datos que abarcan las cinco regiones del país, analizando en particular los grupos sociales y sus reivindicaciones. Entre los hallazgos se encuentran la fuerza de las protestas de los trabajadores y el previsible crecimiento de la derecha, y también la relevancia de las acciones locales de las víctimas y sus familias, así como la lucha contra la injusticia y el racismo en el periodo.

Palabras clave: *protestas, pandemia, movimientos sociales, derechas, racismo.*

INTRODUÇÃO

Protestos são um elemento central das análises sobre confronto político, e vinham sendo estudados como parte importante de repertórios de movimentos sociais (McAdam, Tarrow & Tilly, 2001). Entretanto, no século 21, ganham novamente centralidade como eclosões multitudinárias ou expressões diretas de descontentamentos políticos e econômicos (Della Porta, 2015; Kriesi et al., 2020; Mendonça & Domingues, 2022). Ao lado do potencial reativo, protestos vêm sendo crescentemente analisados a partir de seu potencial de criação e fortalecimento de grupos, sentidos e performances que permitem a entrada de novas ou renovadas forças nos embates políticos contemporâneos (Alvarez, 2022).

A partir de 2020, a eclosão da pandemia de Covid-19 afetou sociedades como um todo, e desafiou analistas a compreender a atuação da sociedade civil em período de incertezas (Abers, Almeida & von Bülow, 2023). Apesar de expectativas contrárias, as restrições à circulação de pessoas não resultaram, necessariamente, na diminuição do espaço público ou na redução da ação coletiva, que continuou tendo lugar, seja nas redes ou nas ruas (Abers, Almeida & von Bülow, 2023). No entanto, em alguns casos foi possível perceber a mudança no uso das ruas e nas rotinas e hábitos organizativos dos grupos (Vazquez & Cozachcow, 2021).

No Brasil, a crise sanitária ocorreu em meio à conjuntura de uma crise política que já havia provocado transformações importantes no perfil da sociedade civil, e sob um governo populista de extrema-direita que optou por posturas negacionistas sobre a gravidade do vírus, e fez da mobilização de apoiadores parte de sua estratégia de sobrevivência no período (Rennó, Avritzer & Carvalho, 2021). Sob esse cenário, este artigo busca identificar e analisar características dos protestos no período da pandemia, sobretudo a partir da análise de quem protestou – e teve suas mobilizações noticiadas pela imprensa – , mas também a partir do que demandava e a quem. Na nossa análise, a pandemia é entendida como um "contexto turbulento" no qual estão em disputa interpretações sobre o que está em jogo, as estratégias para reagir aos desafios emergentes, e quais soluções são possíveis.

Assim, nosso aporte propõe um olhar para esses eventos de protestos, distribuídos pelas regiões do Brasil e observando grupos sociais, mas também demandas e repertórios a partir de dados produzidos sob a metodologia de Análise de Eventos de Protestos. O texto está organizado da seguinte forma: a primeira seção, metodológica, explica a produção dos dados. Em seguida, abordamos os achados da revisão de literatura que fizemos sobre protestos e pandemia. Na terceira seção analisamos os dados referentes aos grupos sociais que protestaram na pandemia, e por fim, fazemos as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo trabalha com a metodologia de Análise de Eventos de Protestos (AEP) (Olsak, 1989; Koopmans & Rucht, 2002; Hutter, 2014) cujo trabalho central é "contar protestos", categorizando-os segundo variáveis relevantes na teoria do processo político como quem age, onde,

sob quais demandas. Tal estratégia permite reconstruir quais são e como se expressam os conflitos em um dado tempo, bem como as formas como os atores coletivos agem e intervêm no espaço público. No Brasil, a AEP vem crescendo, tendo sido utilizada em projetos de pesquisa de diferentes instituições (Silva, Araújo & Pereira, 2016; Oliveira et al. 2021; Carlos & Pereira, 2024). Sob essa metodologia, a partir de base desenvolvida pelo NEPAC/Unicamp (Tatagiba e Galvão, 2019), o projeto LA Protesta_Brasil coletou dados sobre protestos relatados pela *Folha de S.Paulo* (FSP) entre 2011 e 2020 (Tatagiba & Carvalho, 2022).

Os dados aqui analisados são fruto da Pesquisa LA Protesta_Pandemia, desdobramento do projeto mencionado acima, com o qual compartilha metodologia, mas agrega a articulação entre pesquisadoras da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Esse projeto buscou formar uma rede de pesquisadores e analisar dinâmicas dos protestos no Brasil durante a pandemia de Covid-19, a partir de dados coletados para o período entre 1 de maio de 2020 e 31 de maio de 2021. Tendo em vista nossos limites de tempo e pessoal, os meses foram selecionados de forma a incorporar o período inicial da pandemia, prolongando-se o suficiente para captar eventos que, qualitativamente, sabíamos haver sido regional e nacionalmente importantes, como o assassinato de João Alberto Freitas por seguranças de um supermercado no Rio Grande do Sul em novembro de 2020, ou a crise de oxigênio no Amazonas e seus desdobramentos a partir de janeiro de 2021.

O esforço de regionalização dos dados busca superar ao menos um dos principais desafios das pesquisas de AEP baseadas em um só periódico: o viés regional. Essa é uma das contribuições deste texto e do projeto em geral. Assim, os dados são provenientes de seis jornais: *A Crítica* (Manaus, AM) com 43 eventos, *Correio da Bahia* (Salvador, BA) com 75, *Correio Braziliense* (Brasília, DF) com 70, *Folha de S.Paulo* (São Paulo, SP) com 196, *Tribuna do Norte* (Natal, RN) com 17 e *Zero Hora* (Porto Alegre, RS) com 46. A seleção dos jornais derivou de alguns critérios, a saber: inicialmente, buscamos um jornal por região do país. A *Folha de S.Paulo* (FSP) foi o jornal de maior circulação no Brasil entre 1986 e 2021. Apesar da estrutura nacional, sua cobertura concentra-se no Sudeste (Tatagiba & Galvão, 2019). Para selecionar entre os estados, foram elencadas as maiores regiões metropolitanas e, entre elas, buscou-se aquelas onde havia jornais diários disponíveis para consulta na internet, para o período da pandemia. Apenas para o Nordeste não foi possível acessar o periódico da primeira ou da segunda maior região metropolitana (Fortaleza e Recife) – trabalhamos com um jornal da terceira maior, Salvador. Para compensar, contamos com o apoio da equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenada pela prof. Lindijane Almeida, que já vinha coletando notícias da *Tribuna do Norte*. Assim, foi possível incluir o periódico de Natal, e minorar os efeitos da localização do periódico disponível. Para cada jornal, foi realizado um estudo com vistas a identificar quais cadernos deveriam ser analisados pelas equipes, guiado por um protocolo compartilhado.

Apesar do esforço de minorar o viés regional, cabe reconhecer aqui que os dados carregam certo viés ideológico dos jornais, que compartilham orientação tendente ao centro-direita, como ocorre com grande parte dos periódicos comerciais no Brasil. A indicação desse viés é

bastante generalista. Trabalhos que analisam o perfil editorial de jornais, na interseção de áreas como psicologia, comunicação e política, concentram-se sobretudo em avaliações de coberturas durante períodos eleitorais, ou na representação de movimentos sociais, o que deixa uma lacuna sobre a cobertura de eventos de protestos, conforme aponta levantamento bibliográfico de Feres Jr. et al. (2019). Outros estudos analisam coberturas específicas. Analistas da FSP tendem a perceber uma dinâmica de crítica ao Partido dos Trabalhadores (PT), ainda que com variações no primeiro governo Lula até o Mensalão (Biroli & Mantovani, 2014), depois aprofundada no período do *impeachment* de Rousseff (Carvalho & Lima, 2020). Trabalhos sobre o *Zero Hora* caracterizam-no como "conservador" e "ligado às elites políticas do estado do Rio Grande do Sul" sobretudo quando tratam da cobertura sobre movimentos sociais (Silva & Fernandes, 2023). O *Tribuna do Norte*, fundado e gerido por família tradicional do RN, possui majoritariamente um viés neoliberal (Costa & Silva, 2019). Em síntese, é importante reconhecer o perfil dos jornais, mas também argumentar que estudos sobre os vieses tendem a se concentrar no perfil da cobertura, explorando pouco os impactos sobre o que é ou deixa de ser noticiado, questão que seria relevante para o tipo de análise deste texto, com dados agregados. Apesar desses limites, argumentamos que o emprego da metodologia AEP proporciona um olhar longitudinal para o conjunto de protestos e permite apontar tendências amplas, algo que dificilmente se alcança apenas via estudos de casos sobre protestos. Na próxima seção, abordaremos o que a literatura tem nos dito sobre protestos na pandemia, especialmente no Brasil.

MOVIMENTOS, PROTESTOS E PANDEMIA

Em fevereiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência de saúde pública de importância internacional devido a um novo coronavírus, nomeado Covid-19. Em 11 de março, a OMS decretou estado de pandemia e, no dia 26, o Brasil noticiou o primeiro caso de transmissão comunitária. Rapidamente, pesquisadoras e pesquisadores passaram a atentar para os impactos da pandemia sobre a atuação de movimentos sociais, e a observar ativismos que surgiram em torno da crise sanitária. Ao lado da literatura que observava de perto respostas governamentais à pandemia, discutiam como grupos da sociedade contribuíram tanto para encontrar soluções para problemas de ação coletiva – com a gestão de doações ou a circulação de informações em comunidades –, como para apoiar ou questionar a ação do poder público, de forma a contribuir para a formação de agenda e para a formulação e implementação de políticas públicas (Abers, Rossi & von Bülow, 2021).

No Brasil, a pandemia chegou em um período de crise nas instituições democráticas e logo após a ascensão da extrema direita à presidência da República, com um projeto de desestruturação de políticas de diferentes setores (Avritzer, 2020). Trata-se também de um período de mudanças no padrão de ação coletiva no país. Sobretudo a partir de 2015, protestos passaram a ser empregados por atores à direita do espectro político com uma intensidade jamais vista durante a Nova República. Em trabalho recente sobre a imagem da sociedade civil que se forma a partir da análise de atores coletivos que protestam, Tatagiba & Carvalho (2024), identificam

a resiliência de grupos que ocuparam as ruas desde o início da Nova República – trabalhadores, estudantes, movimentos rurais e urbanos de base popular que foram se tornando cada vez mais heterogêneos. Identificam, em paralelo, um processo de transformações ao qual denominam "pluralização dos atores dos protestos", composto por dois eixos. O primeiro trata da relação indivíduo-organização e identifica crescente dissociação entre atores que protestam e dinâmicas organizacionais centralizadas, com a emergência de ativismos mais individualizados e multiplicação de grupos fluidos que organizações formais. O segundo eixo trata diretamente do ineditismo de grupos e indivíduos com perfis ideológicos distintos disputando as ruas.

De forma geral, ainda há que se perguntar o que houve com tais processos durante a pandemia, sabendo-se que o ativismo durante a pandemia precisa ser lido muito além dos repertórios de protestos (Carvalho et al, 2022; Abers, Almeida & von Bülow, 2023). Atores historicamente organizados sob a forma de sindicatos e movimentos sociais, a exemplo de movimentos e sindicatos rurais, atuaram na produção de informações para suas bases, receberam e realizaram doações e interpelaram o Estado por políticas públicas (Carvalho et al. 2022). Redes de solidariedade se configuraram como forma fundamental de ativismo, incorporada por organizações não governamentais (ONGs), associações, movimentos e sindicatos em prol de amenizar questões urgentes que se colocavam a todo momento, sem esquecer de suas pautas históricas (Marques e Mendes, 2023). Muitos desses atores, por exemplo, já haviam experimentado doações de alimentos em tempos de emergências, mas com a pandemia, tiveram que combinar o aprendizado anterior com a criatividade necessária para obedecer às restrições sociais e sanitárias (Abers, Rossi & von Bülow, 2021).

Com um levantamento bibliográfico a partir do repositório da Scielo, identifica-se que já em 2021 foram publicados artigos analisando ativismos na pandemia, que articulavam preocupações com a vulnerabilidade de grupos específicos e sua capacidade de produzir ou cobrar respostas aos problemas sanitários e econômicos do período. Os textos aumentam sensivelmente em 2022, ano que concentra a metade dos 20 artigos encontrados na Scielo, e vão diminuindo progressivamente nos anos seguintes. Foram publicados em revistas de saúde, ciências sociais, comunicação, planejamento urbano, direito e turismo, e apontam a transversalidade do tema. Uma informação interessante que se depreende dessa amostra é que pouquíssimos trabalhos oferecem um olhar amplo sobre o perfil geral de ativismos e protestos na pandemia. Por outro lado, os estudos permitem ver em detalhe a atuação de uma variedade de grupos sociais, a grande maioria atuando em âmbito local: moradores de comunidades periféricas, bairros e favelas (5), trabalhadores (3), mulheres e populações LGBTQIA+ (3), movimento indígena (3), movimentos rurais (3), grupos à direita do espectro político e apoiadores de Bolsonaro (1). Esses textos serão mobilizados na análise a seguir.

O foco na atuação local em quase metade dos trabalhos indica tanto a relevância dos territórios para a reação aos desafios apresentados pela Covid-19, quanto a relevância da produção de análises capazes de contribuir para uma visão mais panorâmica do que foram os ativismos no período. Tratam-se de ativismos locais, que envolvem movimentos articulados nos territórios como periferias e favelas em prol da garantia à saúde e contra a vulnerabilidade social que se instalou no período, contra remoções e despejos e pelo direito à moradia, mas também

contra a violência policial e o racismo. Construir um olhar mais amplo, que não deixe de lado a relevância de compreender casos de ativismo e protestos, mas seja capaz de buscar padrões é, portanto, uma justificativa para a abordagem proposta neste artigo.

No geral, o debate acadêmico sobre como entender movimentos sociais e seus protestos em momentos não rotineiros é antigo e diversificado. Ao discorrer sobre a ação coletiva em períodos de ciclos de protestos, Tarrow (2009) retoma a ideia de Zolberg (1972) de que, em momentos de ascensão das mobilizações, podem eclodir "momentos de loucura" nos quais tendem a surgir novas formas nos repertórios de ação preexistentes. Os "momentos de loucura", para Tarrow (2009) seriam, portanto, aqueles em que "cai o muro entre o que é instrumental e o que é expressivo, a política rompe seus limites e invade a vida como um todo" (Tarrow, 2009, p. 136). Apesar de não ser inédita na literatura a preocupação com momentos de ruptura e instabilidades, há em Tarrow uma ênfase em situações de ascensão dos ciclos de protestos, o que não necessariamente ocorre no período da pandemia que, em nosso entender, é marcado sobretudo pela incerteza. Esse desafio de realizar análises durante um período com características pouco usuais levou pesquisadoras a buscar outras categorias teóricas para apreender os fenômenos em curso. A partir da Europa, Della Porta (2022) explica a relevância de movimentos sociais e protestos durante a pandemia e sugere que "momentos críticos emergenciais" tendem a aumentar a relevância da ação coletiva justamente por sua capacidade de experimentar e inventar formas de lidar com as instabilidades e mudanças (Porta, 2022, p. 3).

Analisando o Brasil, Abers, Almeida e von Bülow (2023) defendem que temos a ganhar em capacidade analítica ao entender ativismos durante a pandemia como "ativismos em contextos turbulentos", que seria útil para compreender "o que os atores políticos fazem *durante* (grifo original) rupturas sociais e políticas" (Ibidem, p. 12). Trata-se de períodos de instabilidades – políticas, econômicas ou sociais – e incertezas, que obrigam atores a reavaliar preferências e adaptar-se. Após longa revisão de debates sobre momentos de mudança entre institucionalistas e construtivistas, que não podemos reproduzir aqui, as autoras optam pelo termo "turbulento" para evitar a definição exógena do que está em jogo. Ao contrário, por exemplo, da ideia de crise, que tende a ser externa e impactar atores, busca-se enfatizar as disputas sobre interpretações e práticas que constituem esses períodos, isto é, não pressupor que todos os atores experimentam da mesma maneira a desestabilização, nem que ela é totalmente externa a eles. Isso leva à necessidade de compreender a maneira como diferentes atores os interpretam, bem como as ações que efetivam. Uma questão pouco enfatizada pelas autoras, mas que nos parece relevante, é a opção por uma categoria mais ampla que a de movimentos sociais (que está em Della Porta e em Tarrow): a de ativismo, que abre espaço para entender atores não organizados necessariamente em movimentos pré-existentes e que estiveram presentes nas análises sobre a pandemia, inclusive na que apresentamos a seguir.

Como resultado de sua pesquisa, Abers, Almeida & von Bülow (2023) identificaram setores que leram a crise entendendo-a como uma situação de continuidade com padrões de exclusão anteriores – mais do que como ruptura. Durante a pandemia houve aqueles que identificaram a crise sanitária como o centro da turbulência. Outros enfatizaram continuidades na exclusão

do pacto social e dos direitos da Constituição de 1988. Outros consideraram importante uma análise crítica do período anterior. Atores "mais conservadores" do espectro político tenderam a situar inícios da crise em períodos anteriores de expansão de direitos, não necessariamente à pandemia (Ibidem, p. 12). Como se percebe, a chegada da pandemia no Brasil não foi lida como algo desassociado das tensões políticas nacionais, sendo marcada pelas disputas políticas em curso, mas também não pode ser reduzida a elas, pois leituras do período incorporam também debates sobre os limites e possibilidades do pacto social da redemocratização. Essas tensões também estão visíveis nos dados que veremos sobre demandas e perfis de quem protestou no período.

Um segundo aporte vem de Vazquez e Cozachcow (2021), em texto sobre desafios e potencialidades para as juventudes latino-americanas no contexto da pandemia. Pensando nas demandas apresentadas pela juventude, consideram a diferença entre agendas *da* pandemia e agendas *na* pandemia. As agendas *da* pandemia eram influenciadas pelo novo contexto, e variavam de temas como educação, condições de trabalho, violência das forças policiais e medidas de isolamento social. As agendas *na* pandemia revelam mobilizações que não necessariamente tinham como pano de fundo central a pandemia mas ganharam força ou se mantiveram naquele período, como o caso argentino, por exemplo, que evidenciou protestos com temas ambientais, urbanos e descriminalização do aborto e o caso norte-americano que influou para o mundo temas como violência policial e racismo, a partir do caso de George Floyd.

Já Marques e Mendes (2023) preocupam-se em entender o que denominam "paradoxo pandêmico": enquanto restrições à circulação eram colocadas em prática, as ruas continuaram sendo relevantes no processo de disputa da política institucional. Na Bolívia, houve mobilização de camponeses e indígenas contra a violência do Estado; no Chile a aprovação de referendo para reforma constitucional; no Peru, a juventude foi às ruas pedir, com sucesso, a remoção do presidente, entre outros. Os autores concluem que cinco fatores ajudam a explicar movimentos sociais que não se desmobilizaram: "1) continuidade das lutas sociais; 2) contexto político favorável; 3) redes solidárias eficazes; 4) combinação de táticas de mobilização; e 5) excedente populacional em ócio forçoso disposto a participar de discussões estruturais" (Marques & Mendes, 2023, p. 3).

Para o presente trabalho, os apontamentos contribuem para questionarmos como, apesar da crise sanitária, foram registrados protestos durante a pandemia, e se a partir deles é possível observar: a) se diferentes grupos aparecem, com quais agendas e se elas permitem entrever suas análises diversas sobre os "tempos turbulentos", b) se foram protestos "na" ou "da" pandemia e, por fim, c) se é possível entrever alianças e combinação de táticas no período. É o que faremos nas próximas páginas.

PROTESTOS ENTRE 2020 E 2021: UM OLHAR GERAL

De forma geral, os dados que produzimos no Brasil apontam que medidas de restrição à interação social não levaram imediatamente a uma queda brusca de protestos, ao menos com base

nas notícias da *FSP*. Em 2020 foram noticiados, pela *FSP*, 236 protestos, superando a média de 200 protestos por ano para o período 2011-2022. Observado mês a mês, tem-se que os primeiros meses da pandemia – março, abril, maio e junho – concentram 50% dos eventos do ano, com percentuais mensais entre 12 e 13%, o que aponta nível relevante de contenciosidade. Já os anos seguintes da pandemia foram mais afetados em termos de volume de protestos noticiados: 88 eventos em 2021 e 104 em 2022. Neles se registraram os menores volumes da década 2011-2020 (recorde-se que dados para o ano completo são do projeto LA Protesta_Brasil e referem-se apenas à *FSP*). Isso sugere duas interpretações, não excludentes: a *Folha* esteve especialmente atenta a protestos no período inicial da pandemia, dado o ineditismo da situação, e as demandas em um período de urgência e incerteza podem ter perdido força na medida em que o processo foi se desdobrando.

Nossa base captou que maio e junho de 2020 foram os dois meses com maior volume de protestos noticiados, reforçando o achado anterior. Concorrem para isso o volume alto de eventos noticiados pela *FSP*, pelo *Zero Hora* e pelo *Correio Braziliense*. Esse último jornal tem uma especificidade interessante: noticiou 18 protestos em maio de 2020 e só voltou a falar de mobilizações em janeiro do ano seguinte.

No total, no banco de dados da Pesquisa LA Protesta_Pandemia encontram-se 449 eventos de protesto entre maio de 2020 e maio de 2021, perfazendo uma média de 34,5 por mês. Desses, 272 eventos aconteceram entre maio e dezembro de 2020 e 177 entre janeiro e maio de 2021. Na tabela 1 ilustramos o número de protestos noticiados por cada jornal durante o período.

Tabela 1 - Soma dos eventos de protestos noticiados pelo conjunto de jornais, por mês

	MAI20	JUN20	JUL20	AGO20	SET20	OUT20	NOV20	DEZ20	JAN21	FEV21	MAR21	ABR21	MAI21
Total	62	51	23	42	18	19	32	25	35	25	49	27	41

Nota: Elaboração própria com base nos dados da LA Protesta_Pandemia, 2024.

Grupos sociais

Um olhar sobre os grupos sociais cujos protestos foram noticiados entre maio de 2020 e maio de 2021 mostra duas dinâmicas principais, que exploraremos neste artigo. Por um lado, a relevância de trabalhadores e das direitas no período da pandemia. Por outro, a relevância de grupos de familiares, vizinhos e negros que tematizaram questões relativas à pandemia mas também evidenciam um quadro de violência e violações de direitos humanos no período, algo que os dados evidenciam, não estava, inicialmente, em nosso radar, e que mostra mais um aspecto de turbulência que escapava aos grupos ocupantes das duas primeiras posições.

A força dos trabalhadores e a ascensão das direitas

Trabalhadores estiveram presentes em mais de 27% dos protestos noticiados pelos seis jornais no período, e as direitas em 18%. Juntos, chegam perto da metade dos atores mencionados pelos jornais, como mostra a Tabela 2, criada a partir das três colunas da variável "grupo social desagregado".

Tabela 2 - Principais grupos sociais que protestam na pandemia

GRUPOS SOCIAIS	QTD DE EP	% EVENTO (N = 449)
Trabalhadores	124	27,6%
Nacionalistas, Novas Direitas e Extrema Direita (NADE)	81	18,0%
Moradores/vizinhos	39	8,7%
Familiares e amigos de vítimas	30	6,7%
Negros	30	6,7%
Simpatizantes ou militantes de partidos	28	6,2%
* Indígenas + Sem Terra + Atingidos por barragens + Quilombolas = Rurais	26	5,8%
Empresários	23	5,1%

Nota: Elaboração própria com base nos dados da LA Protesta_Pandemia, 2024.

A força dos trabalhadores indica que quem esteve na "linha de frente" da pandemia e precisou continuar trabalhando protestou, e quem parou de trabalhar e precisou tematizar o desemprego e as necessidades também o fez – a exemplo de professores e trabalhadores da educação, empregados do comércio e serviço. Isso aponta que se manteve, na pandemia, o padrão encontrado para a década 2011-2020, na qual os trabalhadores estavam em quase 31% dos protestos noticiados pela *FSP*. A explicação para a relevância de tais coletividades reside no fato de atuarem a partir de organizações consolidadas, com estruturas locais e nacionais, capilaridade territorial, experiência na interação com o Estado e *expertise* na promoção e divulgação de protestos, de acordo com Tatagiba e Carvalho (2024).

Essa análise é coerente com estudos sobre o período da pandemia como o de Trópia (2021), que observou como profissionais e organizações sindicais de enfermagem e medicina no estado de São Paulo atuaram na pandemia. A autora testa a hipótese de que no Brasil a sobreposição de crises gerou uma oportunidade política para as organizações sindicais que conseguiram se manter atuantes no período pandêmico utilizando táticas que foram desde ações na justiça até a utilização mais frequente das redes sociais, mas também se envolveram nos conhecidos protestos de rua. Além das reivindicações por direitos trabalhistas, como pagamentos em dia e cumprimento de jornada contratada, as entidades passaram a reivindicar os Equipamentos de Proteção Individual, a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), vacinas e exames de testagem

em um contexto de embate com grandes organizações da área da saúde, a exemplo do Conselho Federal de Medicina, que endossou o negacionismo do governo Bolsonaro (Trópia, 2021).

No entanto, se a existência de organizações consolidadas parece ter contribuído para a permanente relevância de trabalhadores, as notícias sobre atuação de outras categorias, não necessariamente aglutinadas em sindicatos e organizações estáveis, mas via redes e grupos mais fluidos, também marcam o período e reforçam a percepção de transformações na relação entre indivíduos, organizações e protestos sistematizada por Tatagiba e Carvalho (2024). Trabalhadores de transportes e entregas por aplicativos, além de empregados de redes de supermercados, também atuaram na "linha de frente" e suas mobilizações acabaram angariando visibilidade para as categorias e para os novos desafios da organização a partir do trabalho (Marques & Mendes, 2023). Ao longo dos meses que pesquisamos, 19 notícias mencionaram trabalhadores autônomos e outras 26, do transporte. O exemplo mais conhecido foi o "Breque dos Apps", como foi apelidada a mobilização nacional realizada por entregadores de aplicativos, a primeira vez em julho de 2020, que pedia a efetivação de medidas de prevenção à Covid-19 ao mesmo tempo em que reivindicava a melhoria nas condições de trabalho e remuneração (Domingues, 2024).

Já o segundo grupo mais visível nas notícias de jornais foi aquele que classificamos como "nacionalistas, novas direitas e extremas direitas". A presença desse perfil nas ruas colocou em evidência uma das grandes tensões do período, justamente sobre a interpretação do que significava e como seria necessário reagir aos "tempos turbulentos" identificados por Abers, Almeida e von Bülow (2023). A força das direitas também ratifica a presença do segundo padrão de pluralização dos atores dos protestos, no eixo ideológico. Essa disputa não foi um fenômeno particular do Brasil (Abers, Rossi & von Bülow, 2021). No caso brasileiro, porém, uma particularidade foi a atuação da Presidência da República e aliados na disputa de narrativas. Entre outras medidas, o mandatário pressionava os governos subnacionais pelo fim das medidas de isolamento.

Os protestos de trabalhadores e das direitas diferenciam-se em termos de demandas, alvos, aliados e abrangência, o que reforça a percepção de que se trata de campos ético-políticos diferenciados (Doimo, 1998).

Quando os trabalhadores protestaram, suas principais preocupações foram relativas à saúde, seguidas de demandas laborais – ou seja, condições de trabalho. Ambas estão na casa dos 20% do total de demandas, seguidas por demandas relativas a salário, na casa dos 10%. Não há dúvidas de que os tipos de problemas colocados na pandemia contribuem para a força das demandas laborais. O padrão de demandas indica, nos termos de Vazquez e Cozachcow (2021), um protesto "da" pandemia, isto é, que trata de questões relativas ao período

Quando as direitas protestaram, por sua vez, demandaram, em primeiro lugar, questões relacionadas ao funcionamento do Estado e da atuação de lideranças políticas (o que classificamos como "Estado e governo" e inclui questionamentos e apoios ao desempenho de presidente, ministros, governadores etc.). Em seguida, trouxeram a público questões relacionadas ao regime político, tais como combate à corrupção, contra o Supremo Tribunal Federal (STF), a favor do fechamento do Congresso Nacional e defesa de uma intervenção militar. Estado e regime somam quase 80% das notícias sobre as direitas, indicando a relevância dos temas. Política urbana – que na pandemia foi relativa sobretudo às iniciativas de restrição de circulação – completam

o quadro. Ainda que parte dessas mobilizações possa ter tido como pano de fundo a questão da saúde, não foi esse o enquadramento central.

Os dados sobre alvo dos protestos também mostram algumas diferenças. Enquanto trabalhadores dividiram suas demandas ao governo federal (27%), seguido de governos estaduais (20%) e patrões (15%), o grande alvo dos protestos das direitas foi o governo federal (45%), seguido do judiciário federal (28%). No caso do executivo, eram de apoio ao presidente e seus discursos, enquanto no caso do judiciário eram de oposição a ministros do STF. A forma de protestos variou pouco, praticamente concentrada no que classificamos como Passeata/Marcha/Ato. No caso dos trabalhadores, atos foram o principal meio de expressão, mas greves e paralisações também tiveram relevância, o que aponta para formas de mobilização um pouco mais diversificadas. Por fim, quando observamos grupos que protestavam juntos, as direitas mostram-se muito mais isoladas, com raros momentos de protestos com trabalhadores e empresários. Já os trabalhadores protestam em articulações variadas, com boa parte dos outros grupos sociais classificados.

No geral, a grande maioria dos protestos noticiados pelos jornais é de abrangência local, e ocorreram em apenas uma cidade. Na pandemia não foi diferente: mais de 80% do total de eventos é local, com diferenças sutis a depender do grupo que protesta. Entre a direita, registrou-se um pouco mais de protestos que incluíram até metade dos estados brasileiros (16%), enquanto trabalhadores mostraram maior capacidade de promover protestos articulados em mais da metade dos estados brasileiros – 8% dos eventos noticiados, acima dos 3% encontrado quando se olha para todos os grupos.

O vírus e a violência: vizinhos, familiares e negros entre saúde e direitos humanos, segurança e racismo

As agendas dos protestos com base local, de moradores e vizinhos, e do ativismo com base em laços de afeto, no caso dos familiares e amigos de vítimas, aproximaram-se durante a pandemia, por meio de suas demandas por justiça, direitos humanos e segurança pública. As mesmas demandas são centrais para ativismos negros, cuja presença nas notícias cresceu de forma contundente durante o período analisado. Antes de justiça e segurança, pautam-se desigualdades raciais no país. Se de fato há diferenças que permitem singularizar os grupos – como a agenda sobre a cidade entre os vizinhos, e a luta antirracista entre negros – optamos aqui por tratá-los juntos porque, ao pautarem violência e segurança por diferentes ângulos, associados ou não ao tema da saúde, evidenciam tensionamentos de longa duração que desafiam a política e a democracia no país: o racismo e a violência policial.

A presença dos vizinhos como o terceiro grupo mais noticiado pelos jornais reitera a relevância dos territórios e das relações locais no período da pandemia. Essa categoria figurava entre os grupos mais relevantes na pesquisa sobre a década anterior (2011-2020), ocupando um quinto lugar e estando em pouco mais de 12% dos eventos noticiados pela *FSP*. Foram lidos, naquele trabalho, como um perfil marcado pela capilaridade e pela vinculação territorial. Ao longo da década, percebeu-se articulações descentralizadas, e focadas em problemas imedia-

tos, em geral, vinculadas a demandas por problemas urbanos que e demandaram zeladoria das cidades Tatagiba e Carvalho (2024).

Durante a pandemia, já havíamos apontado a relevância de trabalhos qualitativos atentos aos ativismos de moradores de favelas e periferias (Bogado, Guedes & Nazar, 2023; Paiva & Martins, 2023; Quintans, Silva & Sobrinho, 2022; Antunes & Coqueiro, 2022; Osmo & Fanti, 2021). Já ali eram perceptíveis iniciativas em torno da saúde, ao lado de questões de moradia, em especial as lutas contra remoções e despejos, bem como de violência policial e racismo.

Moradores e vizinhos fizeram muito mais do que protestos, tendo papel central na busca de apoio para necessidades básicas e na construção de estratégias de solidariedade. Esses grupos buscaram combater o negacionismo nas comunidades lançando campanhas de alerta que combinavam métodos tradicionais de comunicação, como rádios comunitárias e novas tecnologias digitais (Abers, Rossi & von Bülow, 2021). Houve tanto casos de fortalecimento de grupos pré-existentes, como o surgimento de coletividades a partir da pandemia. No primeiro tipo, um dos fortes exemplos é o trabalho da Central Única de Favelas (CUFA), que partiu de uma rede já estabelecida nas periferias de grandes cidades e a ampliou a partir de doações de atores privados, destinadas à distribuição de dinheiro, alimentos e materiais de higiene (Fonseca, 2023). Entre grupos emergentes, Paiva e Martins (2023) analisam o surgimento de coletivos durante a pandemia a partir do caso da Frente Maré, iniciada pelo sentimento de sobrevivência de moradores e ativistas. O coletivo que surgiu no Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro configurou-se como um ator fundamental no tratamento da pandemia nas 16 favelas do complexo, tendo em vista que "82% da população das favelas no Rio de Janeiro só tiveram acesso à alimentação graças às doações a partir da ação dos coletivos" (Paiva & Martins, 2003, p. 6).

A partir dos dados sobre eventos de protestos, emerge outra nuance da atuação de moradores e vizinhos – e que chamou atenção dos veículos de imprensa. Trata-se da ênfase em demandas sobre justiça e direitos humanos e de segurança pública, que nas notícias aparecem altamente associadas, ou seja, é comum que estejam nos mesmos protestos. Apenas em terceiro lugar aparecem demandas por política urbana e, em seguida, pela questão da saúde. Isso indica um processo de readequação de prioridades de grupos organizados localmente, que se deslocam do funcionamento da cidade para a demanda por justiça em um contexto de crise econômica e sanitária, que entendemos como protestos *da* pandemia e reforçam o fato de as questões durante a pandemia irem além de saúde.

Mais uma vez, a literatura secundária contribui para a compreensão do sentido dos dados. De acordo com Osmo & Fanti (2021), que estudam a mobilização do direito por ativistas das favelas no Rio de Janeiro durante a pandemia, desde os primeiros meses da crise sanitária ocorreram violentas operações policiais, territórios com mais dificuldade de praticar medidas de prevenção, com população empobrecida e em parte relevante sem trabalho formal, também viveram operações policiais que davam seguimento a uma escalada de violência, observada ao longo dos últimos anos. Dessa maneira, nesses locais, onde vivem majoritariamente pessoas negras (...), a maior vulnerabilidade à letalidade do coronavírus veio a se associar a um crescimento no número de mortes violentas provocadas por agentes da segurança pública (Osmo & Fanti, 2021, p. 2104).

A Tabela 3 ilustra o percentual de demandas sobre o total de eventos para as categorias analíticas moradores, familiares e negros:

Tabela 3 - Demandas durante a pandemia

MORADORES/VIZINHOS (N=58)	FAMILIARES E AMIGOS DE VÍTIMAS (N=54)	NEGROS (N=67)
Justiça e direitos humanos (24%)	Justiça e direitos humanos (44%)	Raciais, patriotismo e xenofobia (36%)
Segurança pública (19%)	Segurança pública (30%)	Justiça e direitos humanos (30%)
Política urbana, infraestrutura e transporte (17%)	Saúde (11%)	Segurança pública (13%)
Saúde (12%)	Raciais, patriotismo e xenofobia (6%)	Estado e governo (10%)
Ecologia e meio ambiente (9%)	Política urbana, infraestrutura e transporte (4%)	Regime político (4%)
Estado e governo (9%)	Educação, ciência e tecnologia (2%)	Saúde (3%)

Nota: Elaboração própria com base nos dados da LA Protesta_Pandemia, 2024.

São justamente as demandas na Tabela 3 que evidenciam a aproximação entre protestos de "moradores e vizinhos" com o grupo categorizado como "familiares e amigos de vítimas". Esse último, que sempre foi relacionado à atuação de pessoas vítimas de violências, acidentes ou enfermidades, manteve seu perfil, mas o resultado da sistematização de eventos de protestos mostra um dado contraintuitivo: familiares noticiados tematizaram vítimas de Covid, mas também da insegurança, sob um enquadramento de justiça.

Os dados sobre a quem os protestos foram dirigidos reforçam a aproximação entre as agendas de moradores e familiares, tendo sido dirigidos sobretudo à polícia e às forças de segurança, governos estaduais, responsáveis pela área da segurança no pacto federativo e a quem são subordinadas as polícias militares. O foco de familiares no judiciário sugere uma capacidade de abstração em relação à demanda por justiça, e exige punição de responsáveis por outros braços do Estado. Protestos de familiares são completamente locais: todos os 30 eventos noticiados ocorreram em uma única cidade. Isso indica menor organização regional ou nacional do que aquela que se vê entre moradores e vizinhos, e também entre negros – esses tiveram um quinto de protestos entre "vários e metade dos estados", apontando o que evidencia uma articulação nacional que passa por movimentos e organizações pré-existentes.

A Tabela 4 sintetiza os alvos dos protestos desses três grupos, mostrando o percentual sobre o total de alvos registrados para cada um deles.

Tabela 4 - Alvos do protesto segundo grupos sociais

MORADORES/VIZINHOS	FAMILIARES E AMIGOS DE VÍTIMAS	NEGROS
Polícia e forças públicas de segurança (28%)	Polícia e forças públicas de segurança (33%)	Sociedade civil (28%)
Governo Estadual (17%)	Judiciário (28%)	Governo Federal (17%)
Governo Federal (13%)	Governo Estadual (17%)	Judiciário (13%)
Governo Municipal (13%)	Sociedade civil (8%)	Patronato/empresas privadas (13%)
Sociedade civil (11%)	Governo Municipal (6%)	Polícia e forças públicas de segurança (10%)

Nota: Elaboração própria com base nos dados da LA Protesta_Pandemia, 2024.

Racismo e violência

Grupos categorizados como negros foram o quinto perfil mais noticiado no período entre maio de 2020 e maio de 2021. Presentes ou organizando cerca de 7% dos eventos noticiados, ultrapassaram, de forma inédita, o número de protestos de outros grupos organizados em torno de identidades políticas: mulheres, indígenas e populações LGBTQIA+, e grupos tradicionalmente organizados como movimentos sem terra e sem teto. A luta contra o racismo permanece o grande tema do protesto negro e, aliado à demanda por justiça, está presente em dois terços das mobilizações (66% dos registros). A terceira demanda é relativa à segurança pública, mais uma vez evidenciando relações entre violência – e, como sabemos, violência de Estado – e populações negras e periféricas no Brasil. A pouca relevância da agenda da saúde mostra como, para esse grupo social, problemas pré-existentes superaram, em urgência, o desafio da pandemia. Pode-se dizer, a julgar pelas demandas, que se trataram de protestos *na* pandemia.

O "protesto negro", no Brasil, tem historicamente como eixo a luta contra o racismo (Fernandes, 1997). Os protestos de rua consolidaram o retorno do movimento negro à esfera política do Brasil na década de 1970 (Rios, 2012). Desde então, combate às injustiças, transformações de valores sociais, do mercado de trabalho, e a tematização das vidas ameaçadas por "abordagens policiais informadas por estereótipos raciais" são temas centrais (Rios, 2012).

Na pandemia, dois grandes eventos marcaram o debate racial. O primeiro ultrapassa as fronteiras nacionais. Em 25 de maio de 2020, ocorreu, nos EUA, o assassinato de George Floyd pela polícia da cidade de Mineápolis. Em reação, projetou-se o movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) que impulsionou uma onda de protestos globais. No Brasil, os protestos tiveram início virtual, no dia 2 de junho, a partir de um "apagão" nas redes sociais, mobilização que produziu o compartilhamento de imagens de telas pretas e *hashtags* com o nome do movimento. O desdobramento disso foi a realização de protestos de rua que agregaram

a denúncia de casos brasileiros de racismo e violência policial. Esses protestos, no Brasil, foram noticiados por dois jornais: *FSP* e *Correio da Bahia*, que se mostrou um jornal mais atento ao protesto negro, o que provavelmente se explica pela força do movimento negro e pela politização das questões étnico-raciais na Bahia.

O segundo evento foi o assassinato do mecânico João Alberto Freitas por seguranças de uma rede de supermercados em Porto Alegre, em 19 de novembro de 2020. Protestos em relação a esse assassinato foram cobertos pelo *Zero Hora*, *FSP*, *Correio da Bahia* e *A Crítica*.

No caso dos protestos negros, há uma evidente diferença entre a cobertura dos jornais e a distribuição temporal. A *FSP* se mostrou mais atenta ao tema ao longo de todo o período. O *Correio da Bahia* noticiou protestos em reação ao assassinato em Porto Alegre e depois voltou a noticiar protestos negros em fevereiro de 2021. *A Crítica* e *Zero Hora* noticiaram em momentos pontuais. Esses protestos também apresentaram particularidades em termos dos alvos, com a maioria voltada para a sociedade civil, na medida em que buscava tematizar de forma ampla a presença do racismo na sociedade e mudar práticas enraizadas. Em seguida, os alvos eram empresas e patrões, o que reflete a força da reação ao assassinato em Porto Alegre e a cobrança por posicionamentos das empresas envolvidas. Só depois aparecem governos e forças de segurança, em igual medida.

Ao lado desses, os protestos negros na pandemia também tematizaram a atuação policial e as inserções violentas na periferias (Osmo & Fanti, 2021). No período de crise sanitária, portanto, a questão racial emerge a partir de tema histórico do movimento negro, o da violência de forças policiais, ao lado de forças de segurança privadas, e angaria uma força inédita cujas explicações fogem ao escopo deste texto, mas merecem ser aprofundadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise de protestos durante a pandemia a partir de notícias de jornais impressos capta mobilizações que conseguiram visibilidade suficiente para passar as barreiras editoriais. Sem deixar de levar em conta tal limitação, os dados que coletamos indicam que os protestos mostraram vitalidade durante o período da pandemia. Isso reforça a percepção de que, em momentos de incerteza, a ação coletiva se torna especialmente relevante, justamente porque emergem novos desafios, oriundos das dúvidas sobre como questões serão encaradas pela sociedade e pelo poder público. Na pandemia, estiveram em disputa temas outrora estáveis, como materiais de trabalho e proteção individual para profissionais de saúde, acesso a alimentos, ou possibilidade de oferta de auxílios financeiros pelo poder público a pessoas em situação de necessidade econômica.

Assim, enfatizamos aqui as incertezas como algo que marca as especificidades da turbulência do período pandêmico. Mas, qual foi o impacto disso para os protestos? Nossa resposta, ainda que parcial, passa pelo fato de que as questões tematizadas pelos diferentes grupos não estão dadas *a priori*, e que mesmo a força das turbulências – como a pandemia – não garante que possamos saber antecipadamente quais grupos vão se mobilizar mais fortemente, nem quais

exatamente serão suas demandas e agendas. Por um lado, nossa análise mostra a permanência de grupos tradicionalmente associados aos protestos, como os trabalhadores, e a presença de grupos que emergiram em embates políticos recentes no Brasil, novas e extremas direitas. Esses são grupos mais previsíveis, e sua relevância reforça que o ativismo que emergiu na pandemia não esteve descolado nem da tradição de protestos que se estabeleceu desde a Nova República, nem das mudanças no ativismo de períodos recentes no qual vimos a ascensão de atores das direitas nas ruas. Entretanto, as diferenças nas demandas e nos alvos de protestos de cada um desses grupos reforça o que previa a teoria sobre tempos turbulentos, que grupos distintos poderiam ter preocupações e demandas diferentes quando usavam estratégias de protestos. No Brasil de 2020, as diferenças foram atravessadas por posições políticas, e vimos sobreposições de tensões sanitárias e ideológicas. Mas, a pluralidade de entendimentos sobre o que estava em jogo no período de incertezas não se resume a essas distintas posições políticas, por dois motivos.

Primeiro, os dados que analisamos, articulados a fontes secundárias, mostram diferentes prioridades e interpretações no interior dos próprios grupos: trabalhadores com empregos formais, conhecidos pelas demandas salariais, moveram suas preocupações para a garantia de direitos trabalhistas, como pagamentos em dia e cumprimento de jornada contratada, além da defesa do SUS, vacinas e exames de testagem. Já os trabalhadores autônomos ganharam visibilidade e protestaram pela efetivação das medidas de prevenção à pandemia, além de melhores condições de trabalho e remuneração.

Em segundo lugar, tampouco encontramos simplesmente dois conjuntos de demandas, polarizadas (contra e a favor do distanciamento social, por exemplo). A relevância das questões relacionadas à justiça e aos direitos humanos, à segurança pública e ao racismo, tematizados por moradores e vizinhos, familiares e amigos de vítimas, e pessoas negras, indicam que os desafios identificados na pandemia foram além da saúde e do distanciamento social. Trata-se de atores coletivos que, em meio à crise sanitária, mobilizaram o tema da violência e apontaram a longa temporalidade de sua presença em comunidades periféricas e racializadas, disputando a temporalidade da turbulência. Mantendo esses achados em vista, os resultados aqui encontrados nos estimulam a destrinchar, em pesquisas futuras, as permanências e as descontinuidades na ação coletiva acarretadas pela pandemia de Covid-19.

REFERÊNCIAS

Abers, R.; Almeida, D. & von Bülow, M. (Orgs.) (2023). *A disputa pela democracia no Brasil: ativismos em contextos turbulentos*. Porto Alegre: Editora Zouk.

Abers, R. N., Rossi, F. M., & von Bülow, M. (2021). State–society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, *42*(3), 333-349. https://doi.org/10.1177/01925121211006028

Alvarez, S. (2022). Protesto: provocações teóricas a partir dos Feminismos. *Polis: Revista Latinoamericana*, *21*(61), 98-117. https://doi.org/10.32735/S0718-6568/2022-N61-1717

Antunes, M. & Coqueiro, J. (2022). Comunicação rizomática: reflexões sobre os movimentos de resistência em tempos da Covid-19. *Saúde Debate*, *46*(132), 200-210. https://doi.org/10.1590/0103-1104202213214

Avritzer, L. (2020). *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. Coleção 2020. Ensaios sobre a pandemia: Todavia.

Biroli, F., & Mantovani, D. (2014). A parte que me cabe nesse julgamento: A Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". *Opinião Pública*, *20*(2), 204–218. https://doi.org/10.1590/1807-01912014202204

Bogado, D., Guedes, C., & Nazar, J. (2023). Direito à moradia: as ações do Museu das Remoções durante a pandemia. *Revista Katálysis*, *26*(1), 1-16. https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e89915

Carlos, E., & Pereira, M. M. (2024). "Descomemorando" o desastre no Rio Doce: táticas, performances e enquadramentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, *43*, 1-35. https://doi.org/10.1590/1981-38212024v43a1

Carvalho, P. D. de, Teixeira, M. A., Motta, R., & Penna, C. (2022). Sistemas alimentares em disputa: Respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 37(108), e3710808. https://doi.org/10.1590/3710808/2022

Carvalho, P. R. D., & Lima, A. B. (2020). Produção de sentidos e posicionamento político na mídia impressa brasileira. *Psicologia & Sociedade*, *32*, e172531. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32172531

Costa, L. M., & Silva, J. P. R. H. da. (2019). Discurso e hegemonia no jornal Tribuna do Norte: a gestão privada de serviços públicos e a construção de sentidos sobre as Organizações Sociais (OSs). Revista Mídia e Cotidiano, 13(1), 58-82. https://doi.org/10.1590/1982-600920191301

Della Porta, D. (2015). *Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis*. Polity Press.

Doimo, A. M. (1998). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Domingues, L. B. (2024). *Dinâmicas de ação coletiva dos entregadores por aplicativos no Brasil: do "corre" cotidiano à regulamentação da atividade* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Feres Júnior, J., Candido, M. R., Melo, P. B. de, & Vieira, L. R. (2019). A cobertura jornalística das greves gerais de 2017: Paradigma de protesto ou militância política. *Opinião Pública*, *25*(3), 495–530. https://doi.org/10.1590/1807-01912019253495

Fernandes, F. (2017). *Significado do Protesto Negro*. Expressão Popular.

Ferreira, J. V. B. (2023). Ativismo pandêmico em três atos: etnografia do movimento oposicionista ao lockdown no Distrito Federal. In: R. Abers, D. Almeida & M. von Bülow (Orgs.). *A disputa pela democracia no Brasil: ativismos em contextos turbulentos* (pp. 123-145). Porto Alegre: Editora Zouk.

Fonseca, M. de S. (2023). Da favela para o asfalto: a atuação da Cufa durante a pandemia de Covid-19. In: Abers, R., Almeida, D. & von Bülow, M. (Orgs.). *A disputa pela democracia no Brasil: ativismos em contextos turbulentos* (pp. 247-263). Porto Alegre: Editora Zouk.

Galvão, A. (2023). Sindicalismo e ação coletiva diante da precarização do trabalho no Brasil. In A. Cardoso, E. Crivelli, & F. dos Santos (Coords.). *Trabalho em transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil* (pp. 147-191). São Paulo: Contracorrente.

Groppo, L. A., & Oliveira, M. A. (2021). Ocupações secundaristas em Minas Gerais: subjetivação política e trajetórias. *Educação & Sociedade*, *42*(2), 455-474. https://doi.org/10.1590/es0101-73302021252030

Hutter, S. (2014). Protest event analysis. Em D. Della Porta & M. Diani (Orgs.), *Methodological practices in social movement research* (p. 335–367). Oxford: Oxford University Press.

Koopmans, R.; Rucht, D. (2002). Protest event analyzes. In: Klandermans, B.; Staggneborg, S. (eds.). *Methods of social movements research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

Kriesi, H., Lorenzini, J., Wüest, B., & Hausermann, S. (Eds.). (2020). *Contention in times of crisis: recession and political protest in thirty European countries*. Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9781108891660

McAdam, D., Tarrow, S., & Tilly, C. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, 76, 11-48. https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002

Marques, N., & Mendes, J. M. (2023). Movimentos sociais e pandemia: lições de anos em turbulência. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, *44*, 43-56. https://doi.org/10.1590/1984-73302023222345

Mendonça, R. F., & Domingues, L. B. (2022). Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, *37*, 1-38. https://doi.org/10.1590/1981-38212022v37a1

Oliveira, P.; Fernandes, A.; Almeida, L.; Silveira, R. (2021). Ciclo de protestos no Rio Grande do Norte entre os anos de 2013 e 2019. *NAU Social*, *12*(23), 786-800. https://doi.org/10.1590/1981-5387v12n23a6

Olsak, S. (1989). Analysis of events in the study of collective action. Annual Review of Sociology, 15, 119–141.~

Osmo, C., & Fanti, F. (2021). ADPF das Favelas: mobilização do direito no encontro da pandemia com a violência policial e o racismo. *Revista Direito e Práxis*, *12*(3), 925-947. https://doi.org/10.1590/1982-02592021v12n3a8

Paiva, R., & Martins, G. (2023). FRENTE MARÉ: A força dos novos coletivos no contexto da sociedade incivil e da Covid-19. *Media & Jornalismo*, *23*(42), 53-70. https://doi.org/10.1590/1982-015620232342a7

Quintains, M. T. D., Silva, R. de L. G. da, & Sobrinho, T. de C. (2022). Despejos e luta pelo direito à moradia na pandemia: resistências femininas na experiência da Ocupação Novo Horizonte. *Revista Direito e Práxis*, *13*(3), 287-310. https://doi.org/10.1590/1982-02592022v13n3a5

Rennó, L., Avritzer, L., & Carvalho, P. D. D. (2021). Entrenching right-wing populism under covid-19: Denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 36, e247120. https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.247120

Rios, F. (2012). O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). *Lua Nova*, *85*, 41-79. https://doi.org/10.1590/1981-38212012v85a3

Silva, M. K., Araújo, G. O., & Pereira, M. M. (2016). Análise de eventos de protestos no estudo de repertórios associativos. In P. Robertt et al. (Eds.), *Metodologia em Ciências Sociais hoje* (Vol. 2, pp. 311-330). Jundiaí, SP: Paco Editorial.

Silva, C. F. D., & Fernandes, E. G. (2023). Imagem e contestação: Regimes emocionais no enquadramento midiático a eventos de protesto. *Opinião Pública*, *29*(1), 69–101. https://doi.org/10.1590/1807-0191202329169

Solano, E., Manso, B., & Novaes, W. (2014). *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática black bloc*. São Paulo: Geração Editorial.

Sordi, D., & Morais, S. P. (2016). "Os estudantes ainda estão famintos!": ousadis, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. *Religacion - Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, *1*(2), 129-145. https://doi.org/10.5555/religacion.2016v1n2a6

Tatagiba, L., & Galvão, A. (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, *25*(1), 75-98. https://doi.org/10.1590/1981-38212019v25n1a4

Tatagiba, L., & Carvalho, P. (2022). *Livro de Código do Banco de Dados "La Protesta: Brasil"*. Campinas/Belo Horizonte.

Tatagiba, L., & Carvalho, P. (2024). ¿Quiénes protestan en el Cono Sur? La pluralización de la protesta y los desafíos a la democracia. Em Carvalho Priscila, A. Natalucci, & N. Somma, Protestas, democracia y desigualdades en el Cono Sur (p. 71–105). Prometeo.

Tarrow, S. (2009). *Poder em movimento*: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes.

Trópia, P. V. (2021). Nem deuses nem heróis: a ação sindical dos trabalhadores da saúde durante a pandemia de Covid-19. *Política & Sociedade*, 20(48), 41-77. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.82767

Vazquez, M., & Cozachcow, A. (2021). Entre las redes y las calles: organizaciones y acciones colectivas juveniles durante la pandemia (2020-2021). Última *Década*, *57*, 159-196. https://doi.org/10.1590/1982-02592021v57a7

Zolberg, A. (1972). Moments of madness. *Politics Society*, *2*(2), 183-207. https://doi.org/10.1177/003232927200200203

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe de pesquisa, em especial colegas docentes e bolsistas de iniciação científica de todas as universidades envolvidas no projeto pela coleta e revisão dos dados, bem como à equipe de supervisão da coleta e codificação dos dados. Autores também agradecem a comentários realizados a versão anterior do texto durante o GT43. Movimentos sociais, conflitualidades e dinâmicas da ação coletiva, realizado no Encontro Anual da ANPOCS em 2024.

FINANCIAMENTO

INCT Instituto da Democracia (Projeto CNPQ: 465535/2014-3 FAPEMIG: APQ-03612-17) e CNPq (Processo nº 164701/2022-2). Agradecemos também às agências financiadoras nacionais e estaduais por bolsas de Iniciação Científica que permitiram a coleta e processamento de dados.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os/as autores/as não têm conflitos de interesse a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Priscila Delgado de Carvalho: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior: Conceitualização, análise formal, Investigação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.